

**RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO EXERCÍCIO 2021**  
**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**  
**12ª. Emissão de Debêntures**

---

Stonex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Relatório Anual do Agente Fiduciário

Exercício 2021

12ª. Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações em Série  
Única da Espécie Quirografária com Garantia Adicional

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO  
PAULO - SABESP

CNPJ: 43.776.517/0001-80

**CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

<b>DATA DE EMISSÃO:</b>	<b>22/06/2010</b>
<b>DATA DE VENCIMENTO:</b>	<b>01/06/2025</b>
<b>DESTINAÇÃO DOS RECURSOS:</b>	Os recursos da emissão foram utilizados para investimento em infraestrutura de saneamento básico, em qualquer dos projetos integrantes do plano de investimentos da Emissora, descritos no Anexo II da Escritura.
<b>PRAZO DE INVESTIMENTO:</b>	Os recursos liberados foram investidos nos projetos no prazo de até 06 meses de cada data de liberação, de acordo com o plano de investimentos.
<b>COMPROVAÇÃO:</b>	A Emissora enviou, após o término de cada prazo de investimento, relatório de utilização dos recursos liberados no respectivo período.
<b>BANCO MANDATÁRIO:</b>	Banco Bradesco S.A.
<b>BANCO ESCRITURADOR:</b>	Banco Bradesco S.A.
<b>INSTITUIÇÃO COORDENADORA:</b>	Banco Citibank S.A.
<b>BANCO DEPOSITÁRIO:</b>	Banco do Brasil S.A., depositário da garantia.
<b>VALOR TOTAL DA EMISSÃO:</b>	<b>R\$500.000.000,00</b>
<b>QUANTIDADE DE DEBÊNTURES:</b>	<b>500.000</b>
<b>NÚMERO DE SÉRIES:</b>	Série Única
<b>VALOR NOMINAL UNITÁRIO:</b>	<b>R\$1.000,00</b>
<b>CÓDIGO DO ATIVO:</b>	<b>SBESA2</b>
<b>FORMA:</b>	<b>Nominativa Escritural</b>

<b>CLASSE:</b>	<b>Simple</b>
<b>ESPÉCIE:</b>	<b>Quirografia</b>
<b>ATUALIZAÇÃO VALOR NOMINAL:</b>	<b>Não Haverá</b>
<b>RENDIMENTO DOS JUROS:</b>	<b>Variação da TR do primeiro dia do respectivo mês anualizada, divulgada pelo Banco Central do Brasil, capitalizada de sobretaxa de 9,50% ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário, com base em 252 dias úteis.</b>
<b>PAGAMENTO DE JUROS:</b>	<b>Devidos mensalmente, no dia 1º de cada mês.</b>
<b>AMORTIZAÇÃO:</b>	<b>Realizada mensalmente, a partir de 01/07/2014.</b>
<b>PAGAMENTOS EM 2021:</b>	<b>04/01/2021 – R\$5.414.785,50</b> <b>01/02/2021 – R\$5.238.938,00</b> <b>01/03/2021 – R\$5.068.691,50</b> <b>01/04/2021 – R\$5.394.551,50</b> <b>03/05/2021 – R\$5.156.801,50</b> <b>01/06/2021 – R\$5.196.773,00</b> <b>01/07/2021 – R\$5.168.020,00</b> <b>02/08/2021 – R\$5.203.892,50</b> <b>01/09/2021 – R\$5.173.765,00</b> <b>01/10/2021 – R\$5.081.761,50</b> <b>01/11/2021 – R\$4.992.529,00</b> <b>01/12/2021 – R\$4.965.150,00</b>

**PREÇO UNITÁRIO EM 31/12/2021: R\$320,931241**

**REPACTUAÇÃO: Não Haverá**

**POSIÇÃO EM 31/12/2021: 500.000 em Circulação**

**RATING: brAAA pela Standard&Poor`s em 29/06/2021.**

**GARANTIA: O pagamento das debêntures é garantido pela vinculação da receita tarifária da Emissora, decorrente da arrecadação, através da rede bancária arrecadadora, de valores relativos ao pagamento, pelos usuários, das contas mensais de serviços de água e/ou esgotos, emitidas regularmente pela Emissora contra os usuários das categorias residencial, comercial, industrial, pública e mista, em decorrência da prestação de serviços de distribuição de água, e coleta e tratamento de esgoto, em valor mensal não inferior a 4% do saldo devedor de todas e quaisquer de suas obrigações de pagamento relacionadas às debêntures.**

**EVENTOS LEGAIS E SOCIETÁRIOS RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2021**

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP**  
COMPANHIA ABERTA  
CNPJ 43.776.517/0001-80  
NIRE 35.3000.1683 -1

**ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADAS NO DIA 29 DE ABRIL DE 2021**

**DATA, HORÁRIO E LOCAL:** Aos 29 de abril de 2021, às 11 horas, na sede social da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo ("Companhia" ou "Sabesp"), na Rua Costa Carvalho, nº 300, Pinheiros, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05429-000.

**CONVOCAÇÃO:** Edital de convocação publicado no "Diário Oficial do Estado de São Paulo", Caderno Empresarial, dos dias: (i) 27 de março de 2021, (ii) 30 de março de 2021 e (iii) 30 de março de 2021, nas páginas 148, 265 e 527, respectivamente, e no jornal "Valor Econômico", dos dias: (i) 27, 28 e 29 de março de 2021, (ii) 30 de março de 2021 e (iii) 31 de março de 2021, nas páginas B12, A11 e B9, respectivamente.

**REALIZAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS DE MODO EXCLUSIVAMENTE DIGITAL:** As Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária foram realizadas de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital Zoom, sem prejuízo do uso do boletim de voto a distância como meio para exercício do direito de voto, nos termos da Instrução CVM n. 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada de tempos em tempos, como previamente informado pela Companhia no edital de convocação e no Manual para Participação nas Assembleias. As Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária foram integralmente gravadas e, nos termos do artigo 21-V, §1º da ICVM 481, os acionistas que participaram das Assembleias Gerais por meio do sistema eletrônico foram considerados presentes e signatários da ata.

**PRESENCIA:** Presentes na Assembleia Geral Ordinária acionistas representando 80,27% do capital social votante e total da Companhia e na Assembleia Geral Extraordinária acionistas representando 81,12% do capital social votante e total da Companhia, conforme se verifica: (i) pelos registros de acesso à plataforma digital disponibilizada pela Companhia; e (ii) pelos boletins de voto a distância válidos recebidos por meio da Central Depositária da B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO, do agente escriturador das ações de emissão da Companhia e diretamente pela Companhia, nos termos da regulamentação da CVM. A

formalização do registro da presença dos acionistas se deu pelo Presidente e pelos Secretários da mesa, mediante assinatura da presente ata.

Estavam presentes Mario Engler Pinto Junior, Presidente do Conselho de Administração da Sabesp, Eduardo de Freitas Teixeira, Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário e Conselheiro de Administração Independente da Sabesp, Fábio Bernacchi Maia, Conselheiro Fiscal da Sabesp, Eduardo Rocha e Alessandra Ap. David da Costa, representantes da Grant Thornton Auditores Independentes, Darkson Galvão e Thenard Figueiredo, advogados do escritório de advocacia Cescon Barrieu, e os seguintes empregados da Sabesp: Marcelo Miyagui, Superintendente de Contabilidade, Henrique Bonifácio Rodrigues, Gerente do Departamento de Contabilidade de Custos e Patrimônio, Marcio de Freitas Junior, Assessor da Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores, Mario Azevedo de Arruda Sampaio, Superintendente de Captação de Recursos e Relações com Investidores, Angela Beatriz Airoidi, Gerente do Departamento de Informações aos Investidores, Priscila Costa da Silva, John Emerson da Silva e Victor Augusto Guerra Cardoso, Analistas de Gestão do Departamento de Informações aos Investidores, Carolina Alves Cardoso Santos e Melissa Martuscelli, advogadas da Superintendência Jurídica, Marialve de Sousa Martins, Agnor Araújo Soares, Denise R. Sylvestre e Gerson Yaçumassa Yamanishi, integrantes do Gabinete da Presidência.

**MESA:** Presidente: Sr. Mario Engler Pinto Junior, o qual conferiu ao Sr. Eduardo de Freitas Teixeira a responsabilidade para coordenação dos trabalhos necessários para a lavratura da ata. Secretários: Marialve de Sousa Martins e Agnor Araújo Soares.

**PUBLICIDADE:** Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer do Conselho Fiscal, do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras e do Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Caderno Empresarial 2, páginas 02 a 23, na edição de 27/03/2021, e no Jornal Valor Econômico, páginas E9 a E32, na edição de 27, 28 e 29/03/2021. Os documentos acima foram também colocados à disposição dos acionistas na sede social e nos *websites* da Companhia, da CVM e da B3, com a Proposta da Administração e demais documentos pertinentes, conforme legislação aplicável.



**ORDEM DO DIA: ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

- I.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, Relatório dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria.
- II.** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2020 e a distribuição de dividendos.
- III.** Eleger os membros do Conselho Fiscal para mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2022.
- IV.** Fixar a remuneração global anual dos administradores e dos membros do comitê de auditoria e do conselho fiscal para o exercício social de 2021.

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

- I.** Ratificar a nomeação de membro do Conselho de Administração da Companhia para cumprir o restante do mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2022.
- II.** Deliberar sobre a reforma do Estatuto Social da Companhia para: (a) alterar o §2º e §5º do Art. 20 para passar a competência de novos negócios do diretor de tecnologia, empreendimentos e meio ambiente para o diretor-presidente; e (b) alterar os §§ do artigo 26 para desvincular a necessidade de a coordenação do Comitê de Auditoria ser exercida pelo especialista financeiro.
- III.** Consolidar o Estatuto Social da Companhia.

**ESCLARECIMENTOS:** As matérias constantes da ordem do dia foram apreciadas pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC, conforme Parecer nº 029/2021, de 20/04/2021, cuja orientação de voto foi apresentada pela representante da acionista Fazenda do Estado de São Paulo ("Estado").

O acionista Estado consignou que está em trâmite, na 7ª Vara da Fazenda de São Paulo - Capital, a ação ordinária com pedido de obrigação de fazer autuada sob nº 1051531-40.2019.8.26.003, cujo objeto é a antijuridicidade de alienações de ações de titularidade da Fazenda do Estado de São Paulo, ocorridas desde 2019, por iniciativa do agente custodiante e escriturador das ações desta companhia, Banco Bradesco S.A.

**DELIBERAÇÕES:** Após a leitura do mapa de votação consolidado dos votos proferidos por meio de boletins de voto a distância, o qual ficou à disposição para consulta dos acionistas presentes consoante o parágrafo 4º do art. 21-W da Instrução CVM nº 481/2009, e tendo sido considerados ainda os votos dos

acionistas que participaram a distância desta assembleia mediante acesso à plataforma digital disponibilizada pela Companhia, foram tomadas as seguintes deliberações:

**I.** Aprovar, por maioria dos acionistas presentes, tendo sido computados 94,27% de votos a favor, representados por 517.220.113 ações; 0,05% de votos contrários, representados por 248.580 ações; e 5,68% de abstenções, representadas por 31.189.638 ações, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, Relatório dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria.

Consignar a manifestação do representante do Estado nos seguintes termos: "Sobre essas demonstrações financeiras, a 'GRANT THORNTON Auditores Independentes' opina em seu Relatório, sem ressalvas, no sentido de que essas 'apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e o seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (Iasb)'. Também registrou que o Relatório do Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das referidas demonstrações financeiras auditadas. Assim, à vista dos relatórios da Auditoria Independente e do Comitê de Auditoria e das manifestações dos Conselhos de Administração e Fiscal, o representante do Estado aprovou a matéria."

**II.** Aprovar, por maioria dos acionistas presentes, tendo sido computados 88,71% de votos a favor, representados por 486.692.635 ações; 11,07% de votos contrários, representados por 60.759.337 ações; e 0,22% de abstenções, representadas por 1.206.359 ações, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2020, no montante de R\$ 973.318.015,37, como segue: (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal, no montante de R\$ 48.665.900,77; e (ii) R\$ 231.163.028,65 serão destinados para dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 40.805.548,23 como dividendos adicionais. O saldo remanescente, no montante de R\$ 652.683.537,72 será transferido para a conta de "Reserva de Lucros para Investimentos". Os dividendos, no valor total de R\$ 271.968.576,88, serão pagos em 28 de junho de 2021, na forma de juros sobre o capital próprio, aos acionistas detentores de ações da Companhia na data-base de 29 de abril de 2021.



Neste item, o representante do Estado de São Paulo registrou que o artigo 192 da Lei nº 6.404/1976 determina que "juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da companhia apresentarão à assembleia-geral ordinária, observado o disposto nos artigos 193 a 203 e no estatuto, proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício".

Nesse sentido, o representante do Estado aprovou a destinação do lucro na forma abaixo discriminada, em detalhamento ao acima aprovado:

<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>973.318.015,37</b>
Reserva Legal (5% sobre LLE)	48.665.900,77
<b>Base de Cálculo dos Dividendos</b>	<b>924.652.114,60</b>
<b>DIVIDENDOS</b>	<b>271.968.576,88</b>
- Dividendo mínimo obrigatório 25% - Juros sobre o Capital Próprio	231.163.028,65
- Dividendos Adicionais - Juros sobre o Capital Próprio	40.805.548,23
- RESERVA DE LUCROS P/ INVESTIMENTOS (saldo)	652.683.537,72

**III.** Eleger os membros do Conselho Fiscal para mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2022, conforme segue:

- a) Foi eleita, em eleição majoritária, a chapa constituída pelos candidatos indicados a Conselheiro Fiscal, efetivos e suplentes, a qual recebeu 99,18%% de votos a favor, representados por 540.122.402 ações; 0,76% de votos contrários, representados por 4.162.031 ações; e 0,06% de abstenções, representadas por 319.578 ações, conforme segue:

**Membros Efetivos:** senhores **FABIO BERNACCHI MAIA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 20.409.440-9 SSP/SP, CPF nº 132.883.768-81, domiciliado na Av. Rangel Pestana, 300, 6º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01017-911; **ERNESTO MASCELLANI NETO**, brasileiro, casado, Administrador de Empresas, RG nº 24.919.000-X SSP/SP, CPF nº 221.269.218-83, domiciliado na Rua João Brícola, 32, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01014-010; e **EDSON TOMAS DE LIMA FILHO**, brasileiro, casado, economista, RG nº 5.680.624-3 SSP/SP, CPF nº 665.206.498-

72, domiciliado na Travessa Álvaro de Menezes, 183 - Casa 82, Paraíso, São Paulo/SP, CEP: 04007-020.

**Membros Suplentes**, respectivamente, os senhores **HUMBERTO MACEDO PUCCINELLI**, brasileiro, divorciado, economista, RG nº 9.211.361-8 SSP/SP, CPF nº 022.759.188-76, domiciliado na Av. Rangel Pestana, 300, 6º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01017-911; **CASSIANO QUEVEDO ROSAS DE ÁVILA**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 28.064.718-9 SSP/SP, CPF nº 267.058.298-26, domiciliado na Rua Carlos Sampaio, 118, apto 143, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP: 01333-913; e **NANCI CORTAZZO MENDES GALUZIO**, brasileira, casada, advogada, RG nº 13.569.764-5 SSP/SP, CPF nº 022.295.468-05, domiciliada na Rua Inajaroba, 17, apto 11, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP: 04511-040.

- b) Foram eleitos em votação em separado, na forma prevista no artigo 240 da Lei 6.404/1976, com 4.054.320 votos: a senhora **MARIA ELVIRA LOPES GIMENEZ**, brasileira, divorciada, economista, RG nº 19.114.234-7 SSP/SP e CPF nº 136.012.018-10, domiciliada na Rua Laurindo Feliz da Silva, nº 47, Jardim Luiz Fagundes, Mairiporã-SP, CEP: 07625-030, e o senhor **MASSAO FÁBIO OYA**, brasileiro, casado, contador, RG 34.872.970-4 SSP/SP e CPF 297.396.878-06, domiciliado na Alameda Arara Azul, Lote D26 - Shambala II - Atibaia/SP - CEP 12952-011, respectivamente, como Conselheiro Fiscal Efetivo e Conselheiro Fiscal Suplente.

Registramos que as indicações dos Srs. Fabio Bernacchi Maia (2º mandato - 1ª recondução), Ernesto Mascellani Neto (2º mandato - 1ª recondução), Edson Tomas De Lima Filho (2º mandato - 1ª recondução), Humberto Macedo Puccinelli (1º mandato), Cassiano Quevedo Rosas De Ávila (3º mandato - 2ª recondução), Nanci Cortazzo Mendes Galuzio (3º mandato - 2ª recondução) contaram com a competente autorização governamental (Ofício ATG nº 222/21-SG), e a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei Federal 13.303/2016, atestada pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, nos termos do artigo 31 do Estatuto Social (Processo eletrônico SFP-PRC-2019/00404, que trata da verificação do processo de indicação de membros para o Conselho Fiscal da Companhia, na forma prevista na Deliberação CODEC nº 03/2018). Os Srs. Maria Elvira Lopes Gimenez e Massao Fábio Oya, eleitos em votação em separado, tiveram a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei Federal 13.303/2016, atestada pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, nos termos do artigo 31 do Estatuto Social.

Os Conselheiros Fiscais eleitos exercerão suas funções até a próxima Assembleia Geral Ordinária e, na impossibilidade de comparecimento do membro efetivo, deverá ser convocado o respectivo suplente para participar das reuniões, e, na falta deste, um dos demais suplentes. A investidura no cargo deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos na normatização vigente, o que deve ser verificado no ato da posse pela Companhia, devendo ser assinado o termo de posse, lavrado em livro próprio, e a declaração de desimpedimento arquivada na sede da Companhia. No que se refere à declaração de bens, deverá ser observada a normatização estadual aplicável.

**VI.** Aprovar, por maioria dos acionistas presentes, tendo sido computados 90,82% de votos a favor, representados por 498.315.647 ações; 8,04% de votos contrários, representados por 44.093.659 ações; e 1,14% de abstenções, representadas por 6.249.025 ações, a remuneração global anual dos administradores e dos membros do comitê de auditoria e do Conselho Fiscal relativa ao exercício de 2021, conforme disposto nos artigos 152 e 162 da Lei federal nº 6.404/76, e no artigo 46 do Estatuto Social, no valor de até R\$ 7.981.810,83 (sete milhões, novecentos e oitenta e um mil, oitocentos e dez reais e oitenta e três centavos), considerando o atual número de membros dos órgãos estatutários (Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria).

Consignar que, conforme se verifica pela declaração apresentada pela Diretoria da Companhia, referido valor é a expressão monetária da remuneração global dos administradores e membros do Conselho Fiscal e membros do Comitê de Auditoria, com base nos critérios estabelecidos pelo CODEC. Ainda, o representante do Estado votou a fixação da remuneração, gratificações, benefícios e vantagens, dos administradores (membros da Diretoria e do Conselho de Administração), dos membros do Conselho Fiscal, do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento e do Comitê de Auditoria, nos estritos termos da Deliberação CODEC nº 001/2018, publicada no Diário Oficial do Estado, no dia 30 de março de 2018, atualizada pela Deliberação CODEC nº 001/2019, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 01 de maio de 2019, aprovando o limite máximo para a remuneração global, considerando a atual composição dos órgãos estatutários, que inclui a remuneração fixa e os demais benefícios constantes das mencionadas deliberações, além dos encargos correspondentes, no valor de até R\$ 7.981.810,83. As remunerações individuais mensais deverão observar os seguintes valores: R\$ 40.000,00 para os Diretores; R\$ 9.000,00 para os Conselheiros de Administração; R\$ 15.000,00 para o Presidente do Conselho de Administração; R\$ 15.000,00 para os membros do Comitê de Auditoria e R\$ 4.387,86 para os Conselheiros Fiscais. A matéria restou aprovada nestes termos.



**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:**

**DELIBERAÇÕES:** Após a leitura do mapa de votação consolidado dos votos proferidos por meio de boletins de voto a distância, o qual ficou à disposição para consulta dos acionistas presentes consoante o parágrafo 4º do art. 21-W da Instrução CVM nº 481/2009, considerados ainda os votos dos acionistas que participaram a distância desta assembleia mediante acesso à plataforma digital disponibilizada pela Companhia, foram tomadas as seguintes deliberações:

**I.** Aprovar, por maioria dos acionistas presentes, tendo sido computados 97,61% de votos a favor, representados por 541.211.113 ações; 1,02% de votos contrários, representados por 5.671.739 ações; e 1,36% de abstenções, representadas por 7.564.475 ações, a ratificação da nomeação do Sr. **LUIS EDUARDO ALVES DE ASSIS**, brasileiro, separado, economista, RG nº 5.906.923 SSP/SP, CPF nº 033.346.558-44, domiciliado na Rua Morás, 440, ap.81 Vila Madalena, São Paulo, CEP: 05434-020, **como membro independente do Conselho de Administração da Companhia**, para cumprir o restante do mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária de 2022, posto que em conformidade com Parecer CODEC nº 002/2021.

**II.** Aprovar, por maioria dos acionistas presentes, tendo sido computados 98,88% de votos a favor, representados por 548.218.135 ações; 0,06% de votos contrários, representados por 332.708 ações; e 1,06% de abstenções, representadas por 5.896.484 ações, a reforma do Estatuto Social da Companhia para: (a) alterar o artigo 20, §2º, X e §5º, II para passar a competência de novos negócios do diretor de tecnologia, empreendimentos e meio ambiente para o diretor-presidente; e (b) alterar o artigo 26, §3º, §4º (inclusão) e §5º (renumeração), para desvincular a necessidade de a coordenação do Comitê de Auditoria ser exercida pelo especialista financeiro (o membro com "reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária"). A redação do Estatuto Social para os dispositivos alterados passará a ser:

**ARTIGO 20** - .....

**Parágrafo segundo** — Compete ao diretor-presidente:

.....

X. coordenar, avaliar e controlar as funções relativas a:

- a) gabinete da presidência;
- b) planejamento integrado, gestão e organização empresarial;
- c) comunicação;
- d) assuntos regulatórios;
- e) ouvidoria;

- f) qualidade; e
- g) novos negócios.

.....  
**Parágrafo quinto** — Compete ao diretor de tecnologia, empreendimentos e meio ambiente:

- I. meio ambiente;
- II. pesquisa, inovação, desenvolvimento tecnológico e operacional;
- III. controle da qualidade dos produtos água e esgoto;
- IV. empreendimentos; e
- V. projetos especiais.

**ARTIGO 26** - .....

**Parágrafo terceiro** - Os integrantes do Comitê de Auditoria deverão ter conhecimento técnico suficiente em matéria contábil e financeira, e pelo menos 1 (um) deles deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária internacionalmente aceita, análise, preparação e avaliação de demonstrações financeiras, conhecimento de controles internos e de políticas de divulgação de informações ao mercado.

**Parágrafo quarto** - O Comitê de Auditoria terá um coordenador, cujas atividades serão definidas no regimento interno.

**Parágrafo quinto** — A disponibilidade mínima de tempo exigida de cada integrante do Comitê de Auditoria corresponderá a 30 (trinta) horas mensais.

**III.** Aprovar, por maioria dos acionistas presentes, tendo sido computados 98,92% de votos a favor, representados por 548.436.324 ações; 0,02% de votos contrários, representados por 115.309 ações; e 1,06% de abstenções, representadas por 5.895.694 ações, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, passando o **Estatuto Social da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp** a ter a redação constante no ANEXO I, que é parte integrante desta ata.

A lavratura da presente ata feita em forma de sumário dos fatos ocorridos e sua publicação com a omissão das assinaturas dos Acionistas presentes, em consonância com o artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei 6.404/76.

**VOTOS CONTRÁRIOS, MANIFESTAÇÕES DE VOTO E ABSTENÇÕES:** Foram recebidos e registrados os votos contrários, manifestações de voto e abstenções recebidos pela Mesa, que ficarão arquivados na Companhia.

**ENCERRAMENTO E ASSINATURA DA ATA:** Não havendo qualquer outro pronunciamento, o senhor Presidente declarou encerrado os trabalhos das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, determinando que fosse lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, segue assinada pelo Presidente e pelos Secretários. O presidente da mesa e os secretários, na forma dos §§ 1º e 2º do artigo 21-V da ICVM

481, registram os acionistas que participaram via boletim de voto a distância e os acionistas que participaram a distância desta assembleia mediante acesso à plataforma digital disponibilizada pela Companhia, conforme relacionados no ANEXO II.

Mesa: MARIO ENGLER PINTO JUNIOR Presidente AGNOR ARAÚJO SOARES Secretário MARIALVE DE SOUSA MARTINS Secretária.

São Paulo, 29 de abril de 2021.

Certificamos que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no Livro de Atas das Assembleias Gerais da Companhia.

São Paulo, 29 de abril de 2021.

MARIO ENGLER PINTO JUNIOR  
Presidente

AGNOR ARAÚJO SOARES  
Secretário

MARIALVE DE SOUSA MARTINS  
Secretária



## ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

### MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE

Em 2021 vivemos um período tão desafiador quanto foi 2020. A grande vantagem, contudo, veio do legado das profundas adaptações corporativas promovidas no primeiro ano da pandemia. Com grande parte dos empregados já ambientada ao trabalho remoto e a atenção ao cumprimento de rígidos protocolos de saúde por aqueles que continuaram na linha de frente na manutenção de nossas obras e operações, pudemos continuar avançando.

Vacinados e mobilizados para mais um ano de adversidades, mantivemo-nos firmes em nosso nobre propósito de impactar positivamente nos locais onde atuamos, contribuindo ainda para mitigar os efeitos sociais e econômicos negativos trazidos pela pandemia.

Neste aspecto, expandimos os benefícios das tarifas subsidiadas – categorias Social e Vulnerável, para quase 300 mil famílias, totalizando 868 mil famílias beneficiadas. Com o Programa Água Legal, substituímos estruturas precárias de 15 mil famílias residentes em áreas irregulares por redes seguras e água de qualidade. Aos setores do comércio e serviços, bastante castigados pelos efeitos da pandemia, facilitamos a renegociação dos débitos.

Em maior escala, a grande contribuição para a retomada vem da manutenção de um elevado patamar de investimento para o fortalecimento da infraestrutura de abastecimento. No total, ao longo de 2021, investimos R\$ 5,0 bilhões no conjunto de 375 municípios atendidos, que concentram 68% da população do Estado.

Desse montante, cerca de R\$ 2,0 bilhões foram destinados à infraestrutura de abastecimento de água para fazer frente ao grande desafio de manter o abastecimento com água de qualidade e acompanhar o crescimento da área operada.

Os esforços também foram direcionados à ampliação da segurança hídrica frente às ameaças climáticas a que estamos sujeitos, inclusive no ano de 2021, quando enfrentamos uma severa estiagem. Apesar do impacto na baixa recarga de importantes reservatórios, conseguimos assegurar a permanência no abastecimento.

É importante destacar que, além dos investimentos em infraestrutura, tal condição é possibilitada pelo avanço adaptativo deixado pelo legado da crise de 2014-2015 com ganho de resiliência de infraestrutura hídrica, hoje mais robusta e integrada.

Outra contribuição fundamental vem participação dos consumidores, que incorporaram hábitos racionais e estão mais conscientes da necessidade de economizar água. Em 2021, o volume de água tratada na Região Metropolitana de São Paulo se manteve 10% abaixo da média registrada antes da crise de 2014-2015.

Com cerca de R\$ 3,0 bilhões investidos em esgoto, seguimos com nossos programas estruturantes para expansão da coleta e tratamento. No litoral, onde todo o esgoto coletado já recebe tratamento, seguimos com as estruturas de coleta do Programa Onda Limpa. No interior, onde o atendimento está quase universalizado, o foco é no atendimento em bairros afastados das sedes municipais (sistemas isolados).

Na Grande São Paulo, somente nos últimos três anos, na esteira da vigorosa retomada dos investimentos em esgoto após a superação da crise hídrica de 2014-2015, já incorporamos 2,4

milhões de pessoas ao ciclo completo do saneamento pelo Projeto Tietê. Dentro do Projeto Tietê, a significativa evolução do Programa Novo Rio Pinheiros foi um dos grandes destaques.

Ao final de 2021, adicionamos mais 516 mil imóveis com esgoto levados para tratamento, o equivalente a uma população de 1,5 milhão de pessoas. A iniciativa conjuga os méritos de trazer vida a um dos principais rios da metrópole e mais qualidade de vida a muitas comunidades em situação de vulnerabilidade.

Com o olhar atento às mudanças trazidas pelo Novo Marco do Saneamento Básico, cumprimos a exigência de encaminhar tempestivamente para análise da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arseps), a nossa comprovação de capacidade econômico-financeira. De acordo com o decreto federal nº 10.710/2021, esta ação é necessária para manter a prestação dos serviços na área operada com atendimento às metas de universalização de água e de coleta e tratamento de esgoto até 2033. Para isso, planejamos investir cerca de R\$ 24 bilhões somente nos próximos cinco anos.

Também em 2021, estreitamos as relações com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), contribuindo para o processo de construção da Norma de Referência que definirá indicadores de eficiência para o setor. Corporativamente, continuamos aprimorando os mecanismos de integridade e conformidade para mitigar riscos e prevenir fraudes e corrupção.

Sempre em busca de maior satisfação de nossos clientes e retorno aos acionistas, seguimos comprometidos com a melhoria tecnológica de processos e serviços. Estamos cientes que o permanente ganho de eficiência operacional é resultado de mais automação, diversificação da fonte energética e projetos direcionados à economia circular.

Os desafios impostos em 2021 foram superados. Com o enfraquecimento dos contágios pelo novo coronavírus, conseguimos vislumbrar um horizonte de retorno à normalidade. E assim seguimos avançando em nossa missão transformadora de atuar pela qualidade de vida das pessoas e respeito ao meio ambiente.

**Benedito Braga**

## Relatório dos Auditores Independentes em 24/03/2022:

### Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

À atenção dos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP  
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e o seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Os principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Estes assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos.

#### 1. Ativos de contrato e intangíveis – Reconhecimento do custo no período (Notas explicativas nos 3.7, 3.9, 6.2 (b), 14 e 15)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

A Companhia registra como ativos intangíveis e ativos de contrato os gastos decorrentes de contrato de concessão. Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível ou ativo de contrato da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. As adições dos gastos realizados nestas rubricas no exercício de 2021 impactam na apuração do custo de construção e, consequentemente, na determinação da receita de construção. A mensuração destes gastos também é afetada por elementos subjetivos devido à natureza diversa dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível e do ativo de contrato. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão e do intangível como uma área crítica em nossa abordagem de auditoria.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela administração para novas adições de infraestrutura e gerenciamento dos contratos de concessões;
  - Avaliação dos critérios de classificação de gastos como ativo de contrato de concessão e intangível, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras;
  - Teste das adições do ativo de contrato de concessão e intangível para avaliação da natureza do gasto e a correta classificação;
  - Avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato de concessões e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes;
  - Avaliação das transferências de ativos em construção classificados como ativo de contrato para operação (intangível);
  - Recálculo e análise de taxas para os juros capitalizados e recálculo da margem de construção;
  - Análise sobre a consistência das divulgações requeridas em notas explicativas nas demonstrações financeiras.
- Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis os critérios utilizados pela Companhia para capitalizar os gastos ao ativo de contratos e intangível, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações financeiras.

#### 2. Provisões para riscos ambientais (Notas explicativas nos 3.15, 6.2 (e) e 20)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria



A Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza ambiental, decorrentes do curso normal de suas operações, relativos a multas aplicadas pelos órgãos públicos e competentes sobre potenciais danos ambientais causados pela Companhia nos municípios onde essa opera. Esta área exige julgamentos e avaliações críticas efetuadas pela administração, suportada por seus consultores jurídicos, na determinação das estimativas relacionadas ao reconhecimento dos passivos, mensuração dos valores envolvidos, avaliação da probabilidade de perda nas diversas discussões e divulgação apropriada dos processos e contenciosos existentes (passivos contingentes), tendo em vista a relevância dos mesmos em relação às demonstrações financeiras.

O valor dos processos ambientais classificadas como prováveis de perda e passíveis de provisão registrado nas demonstrações financeiras montava em aproximadamente R\$ 331 milhões em 31 de dezembro de 2021. O montante de passivos ambientais contingentes, portanto não sujeitos ao registro de provisão segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, era de aproximadamente R\$ 3 bilhões em 31 de dezembro de 2021.

Determinadas leis e regulamentos no Brasil têm grau de complexidade elevados e, portanto, a mensuração, reconhecimento, classificação e divulgação relacionadas a estas ações judiciais requerem determinado nível de julgamento por parte da administração da Companhia para registro das estimativas de perdas e divulgações nas suas demonstrações financeiras e, por este motivo, consideramos este assunto como uma área crítica em nossa abordagem de auditoria.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela administração para identificar, mensurar e divulgar os valores dos processos de natureza ambiental;
- Avaliação e desafio dos critérios e premissas utilizados em sua metodologia de mensuração, considerando dados e informações históricas, bem como avaliação das confirmações recebidas dos assessores jurídicos da Companhia;
- Discussões e reuniões com os consultores jurídicos internos da Companhia, para tratar dos processos, controles, procedimentos e processos de mensuração sobre os prognósticos das demandas ambientais;
- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras quanto à aderência às regras aplicáveis e ao fornecimento de informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relacionadas aos processos de natureza ambiental em que a Companhia está envolvida.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados e evidências obtidas, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para registro das provisões para riscos ambientais e divulgações correlatas estão adequados no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBCTG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações,

ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2022

Nelson Fernandes Barreto Filho  
CT CRC 1SP-151.079/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1

### **Acompanhamento de Covenants Financeiros:**

De acordo com os cálculos fornecidos pela Companhia Emissora, foram atingidos os seguintes índices ao longo do exercício de 2021:

**Liquidez Corrente Ajustada (limite > 1,0):** 1,85

**EBITDA/Serviço da Dívida (limite > = 1,5):** 7,54

### **Comentários sobre as Demonstrações Contábeis:**

Baseados nas Demonstrações Financeiras Padronizadas, relativas ao exercício encerrado em 31.12.2021, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, com verbas em Reais (mil), destacamos os seguintes aspectos relevantes das demonstrações financeiras “pela legislação societária”, relativos aos exercícios encerrados em 31.12.2020 e 31.12.2021.

**Patrimônio Líquido Contábil:** evoluiu de 22.793.704 para 24.931.859 (+9,38%).

**Receita Operacional Bruta:** incluindo a receita de construção, atingiu R\$20,7 bilhões, correspondendo a um aumento de 9,52% em relação ao exercício anterior, no valor de R\$18,9 bilhões.

**Resultado:** em 2021 a Emissora apresentou um lucro líquido de 2.305.869, 136,91% superior ao do ano de 2020 que apresentou um resultado de 973.318.



**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**

**(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2021</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2020</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2019</b>
1	Ativo Total	53.165.485	50.418.636	0
1.01	Ativo Circulante	6.502.998	6.440.838	0
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	717.929	396.401	0
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.433.385	3.411.146	0
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	2.433.385	3.411.146	0
1.01.03	Contas a Receber	2.868.734	2.372.083	0
1.01.03.01	Clientes	2.695.077	2.204.029	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	173.657	168.054	0
1.01.03.02.01	Saldos com Partes Relacionadas	173.657	168.054	0
1.01.04	Estoques	113.506	104.848	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	276.104	22.672	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	276.104	22.672	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	93.340	133.688	0
1.01.08.03	Outros	93.340	133.688	0
1.01.08.03.01	Caixa Restrito	28.467	35.742	0
1.01.08.03.20	Outros Ativos	64.873	97.946	0
1.02	Ativo Não Circulante	46.662.487	43.977.798	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.741.933	9.194.281	0
1.02.01.04	Contas a Receber	223.234	246.957	0
1.02.01.04.01	Clientes	223.234	246.957	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	644.895	638.591	0
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	644.895	638.591	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	8.873.804	8.308.733	0
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	141.667	164.942	0
1.02.01.10.05	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA	20.666	26.463	0
1.02.01.10.06	Ativo de Contrato	8.550.102	7.969.164	0
1.02.01.10.20	Outros Ativos	161.369	148.164	0
1.02.02	Investimentos	125.563	109.691	0
1.02.02.01	Participações Societárias	79.437	63.417	0

**(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2021</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2020</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2019</b>
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	73.338	57.318	0
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	6.099	6.099	0
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	46.126	46.274	0
1.02.03	Imobilizado	291.157	268.251	0
1.02.04	Intangível	36.503.834	34.405.575	0
1.02.04.01	Intangíveis	36.503.834	34.405.575	0
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.172.498	1.218.440	0
1.02.04.01.02	Contratos de Programa	18.469.978	17.731.230	0
1.02.04.01.03	Contrato de Prestação de Serviços	16.158.771	14.872.604	0
1.02.04.01.04	Licença de Uso de Software	598.734	540.625	0
1.02.04.01.05	Direito de Uso	103.853	42.676	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	53.165.485	50.418.636	0
2.01	Passivo Circulante	5.092.927	5.900.130	0
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	426.616	410.943	0
2.01.01.01	Obrigações Sociais	53.506	48.198	0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	373.110	362.745	0
2.01.02	Fornecedores	236.763	263.741	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	236.763	263.741	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	257.130	266.819	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	248.251	258.902	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	69.041	0
2.01.03.01.02	Pis-Pasep e Cofins a Pagar	111.963	93.601	0
2.01.03.01.03	INSS a Pagar	39.902	37.599	0
2.01.03.01.20	Outros Tributos Federais	96.386	58.661	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	8.879	7.917	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.830.617	3.034.449	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.128.253	1.016.356	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	769.136	656.712	0
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	359.117	359.644	0
2.01.04.02	Debêntures	596.418	1.952.670	0
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	105.946	65.423	0
2.01.05	Outras Obrigações	1.531.980	1.163.969	0
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	931	626	0
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	931	626	0
2.01.05.02	Outros	1.531.049	1.163.343	0
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	548.006	231.611	0
2.01.05.02.04	Serviços a Pagar	469.027	453.750	0
2.01.05.02.05	Valores a Restituir	31.687	40.514	0
2.01.05.02.06	Compromissos Contratos de Programa	77.652	162.541	0
2.01.05.02.07	Parceria Público-Privada - PPP	142.757	130.207	0

**RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO EXERCÍCIO 2021**  
**Cia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**  
**12ª. Emissão de Debêntures**

Abril de 2022

**(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2021</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2020</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2019</b>
2.01.05.02.09	Indenizações	6.975	8.969	0
2.01.05.02.20	Outras Obrigações	254.945	135.751	0
2.01.06	Provisões	809.821	760.209	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	218.137	187.193	0
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	29.525	26.281	0
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	105.806	88.475	0
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	82.806	72.437	0
2.01.06.02	Outras Provisões	591.684	573.016	0
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	20.223	26.299	0
2.01.06.02.04	Provisões com Clientes	154.984	140.093	0
2.01.06.02.05	Provisões com Fornecedores	416.477	406.624	0
2.02	Passivo Não Circulante	23.140.699	21.724.802	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	15.893.219	14.224.175	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	8.739.774	9.136.552	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	5.802.738	5.948.334	0
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.937.036	3.188.218	0
2.02.01.02	Debêntures	6.736.111	4.678.427	0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	417.334	409.196	0
2.02.02	Outras Obrigações	6.325.069	6.687.818	0
2.02.02.02	Outros	6.325.069	6.687.818	0
2.02.02.02.04	Obrigações Previdenciárias	2.321.662	2.868.594	0
2.02.02.02.05	Compromissos Contratos de Programa	44.995	68.939	0
2.02.02.02.06	Parceria Público-Privada - PPP	2.917.428	3.045.066	0
2.02.02.02.07	Indenizações	14.642	27.765	0
2.02.02.02.08	Obrigações Trabalhistas	3.047	1.007	0
2.02.02.02.09	Cofins / Pasep Diferidos	159.456	149.444	0
2.02.02.02.20	Outras Obrigações	863.839	527.003	0
2.02.03	Tributos Diferidos	283.739	320.716	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	283.739	320.716	0

**(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2021</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2020</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2019</b>
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	283.739	320.716	0
2.02.04	Provisões	638.672	492.093	0
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	263.855	255.030	0
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	25.291	30.987	0
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	228.292	212.902	0
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	10.272	11.141	0
2.02.04.02	Outras Provisões	374.817	237.063	0
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	311.069	223.252	0
2.02.04.02.04	Provisões com Clientes	2.494	10.059	0
2.02.04.02.05	Provisões com Fornecedores	61.254	3.752	0
2.03	Patrimônio Líquido	24.931.859	22.793.704	0
2.03.01	Capital Social Realizado	15.000.000	15.000.000	0
2.03.04	Reservas de Lucros	9.885.485	8.194.706	0
2.03.04.01	Reserva Legal	1.532.365	1.417.072	0
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	55.631	26.376	0
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	8.297.489	6.751.258	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	46.374	-401.002	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	19.491.061	17.797.541	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-12.800.042	-11.179.667	0
3.02.01	Custos dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-8.521.705	-7.549.528	0
3.02.02	Custos de Construção	-4.278.337	-3.630.139	0
3.03	Resultado Bruto	6.691.019	6.617.874	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.593.440	-2.125.501	0
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.469.609	-1.196.112	0
3.04.01.01	Despesas com Vendas	-825.879	-751.286	0
3.04.01.02	Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	-643.730	-444.826	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.124.069	-1.051.181	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	71.877	70.288	0
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	96.303	77.533	0
3.04.04.02	Cofins e Pasep	-24.426	-7.245	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-93.718	37.368	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	22.079	14.136	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.097.579	4.492.373	0
3.06	Resultado Financeiro	-927.423	-3.166.371	0
3.06.01	Receitas Financeiras	472.372	338.625	0
3.06.01.01	Receitas Financeiras	495.446	359.059	0
3.06.01.02	Variações Cambiais Ativas	-36	1.894	0
3.06.01.03	Cofins e Pasep	-23.038	-22.328	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.399.795	-3.504.996	0
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-1.448.295	-1.324.759	0
3.06.02.02	Variações Cambiais Passivas	48.500	-2.180.237	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.170.156	1.326.002	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-864.287	-352.684	0
3.08.01	Corrente	-961.556	-460.721	0
3.08.02	Diferido	97.269	108.037	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.305.869	973.318	0

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.305.869	973.318	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,37358	1,424	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	3,37358	1,424	0

**DECLARAÇÃO DA COMPANHIA EMISSORA:**

Através de documento enviado a este Agente Fiduciário em 29/03/2022, a Companhia Emissora declarou que cumpriu as obrigações constantes da Escritura da 12ª Emissão de Debêntures da Sabesp durante o exercício social de 2021.

**O AGENTE FIDUCIÁRIO DECLARA:**

- a) Não tem conhecimento de nenhuma omissão ou inverdade que pudessem estar contidas nas informações divulgadas pela Emissora, nem de qualquer atraso ou inadimplemento na prestação de informações a que ela está obrigada.
- b) Não tem bens ou valores entregues à sua administração.
- c) Está apto a continuar na função

São Paulo, 20 de abril de 2022

**Stonex DTVM Ltda.**

Agente Fiduciário